



ANÁLISE DA PREOCUPAÇÃO SOCIOAMBIENTAL CONTIDA NO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA DE BELÉM.

Silvio Barros da Silva¹

Eixo Temático: Gestão Urbana e do Meio Ambiente.

RESUMO

Viver e locomover-se nos grandes centros urbanos são grandes desafios enfrentados pelos gestores públicos. Esse enfrentamento se dá por meio das políticas públicas de desenvolvimento e de infraestrutura para a mobilidade urbana. Mais especificamente, a gestão social e ambiental da mobilidade urbana sustentada em um plano municipal se torna cada vez mais concreta. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar a preocupação socioambiental contida no Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) do município de Belém. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa, realizada por meio de análise de conteúdo do referido Plano. Como resultado da investigação, identificaram-se 17 expressões textuais que sinalizam a preocupação socioambiental, as quais foram agrupadas em duas categorias: social e ambiental. Na categoria social estão contidos 52 % das expressões, já na categoria ambiental, 42% das expressões identificadas no PlanMob. Dessa forma, demonstra-se que a preocupação socioambiental está contida no PlanMob e segue na mesma diretriz do Estatuto das Cidades e do Plano Nacional de Mobilidade Urbana. Reitera-se que a mobilidade urbana não é um tema exclusivo da política setorial de transportes e vai além das ações pragmáticas de transporte público, pois é uma preocupação também da gestão socioambiental para a promoção da qualidade de vida de todos os que vivem nas cidades.

Palavras-Chave: Mobilidade Urbana, Sustentabilidade, Plano de mobilidade, Mobilidade sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Com o crescimento populacional, a questão da mobilidade urbana sustentável ganha importância de forma preponderante para a vida em sociedade, (FERREIRA DE LARA; MARX, 2016). Segundo Martins, Vasconcelos e Salles (2017), o espaço urbano surge como uma extensão do espaço natural e absorve um conjunto de atividades que geram diferentes formas de usá-lo. O uso do espaço é um processo que interage com diversas relações interdependentes, comportamentos, modos de vida e percepções que estabelecem a sua dinâmica de funcionamento. O transporte público e privado, é importante nesse processo de como circular, viver e trabalhar nos grandes centros urbanos na medida em que desempenhe um papel fundamental para viabilizar o ir e vir da população.

Para Silva (2009) a concentração nas cidades, a dinâmica de trabalho, as oportunidades de lazer, os espaços de convivência e a interação entre as pessoas fazem das cidades uma das maiores invenções humanas. A concentração populacional urbana traz consigo desafios. Neste sentido, segundo WRI Brasil (2018) mais de 172 milhões de brasileiros vivem em áreas urbanas e enfrentam longos deslocamentos. Áreas estas, caracterizadas pela pouca

¹ Bacharel em Administração, mestrando em Administração - Gestão Desenvolvimento pela UNAMA. E-mail: silviobarrospa@gmail.com

infraestrutura para serviços básicos e falta de espaços públicos de qualidade. Essa realidade, resulta em crescimento acelerado e desordenado da cidade, baseado em um modelo de desenvolvimento que mostra sua face mais perversa, já que, via de regra, as pessoas com renda mais baixa são as mais afetadas por estes problemas.

Nesse contexto, destaca-se que os problemas relacionados com a mobilidade e a sustentabilidade na cidade aumentaram de forma exponencial. De acordo com Martins, Vasconcelos e Sales (2017) os problemas relacionados à mobilidade nas cidades afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas, o planejamento das cidades e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento sustentável. Segundo o Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) de Belém, a mobilidade urbana sustentável é a realização do deslocamento de pessoas e bens, sem comprometimento do meio ambiente, sem degradação das áreas e atividades urbanas e sem prejuízo do próprio transporte.

A efetivação da mobilidade ocorre por meio dos sistemas de transporte e de trânsito. Conforme Martins e Candido (2013), a construção do espaço urbano e o surgimento das cidades representam um significativo aumento nos impactos das ações dos homens sobre os recursos naturais, uma vez que as estruturas urbanas devem absorver as novas demandas da população e, adaptando-se às transformações da sociedade em suas atividades de produção e consumo.

Portanto, dada a importância de tratar a sustentabilidade associada com a mobilidade urbana, como um fator para assegurar qualidade de vida presente e futura à população nos centros urbanos, justifica-se a importância de se investigar como a sustentabilidade é percebida e contemplada no PlanMob de Belém, verificando como os entes públicos percebem os desafios de viver e conviver em centros urbanos populosos, tendo o comprometimento com a gestão socioambiental, a fim de contribuir com a discussão acerca das cidades inteligentes e sustentáveis.

Dessa maneira, têm-se como questão central desse artigo: ***Como são evidenciados os sinais de sustentabilidade no Plano de Mobilidade Urbana de Belém?***

O objetivo da pesquisa é fazer uma análise de conteúdo no plano de mobilidade e investigar como são percebidos os sinais de sustentabilidade. O artigo será estruturado em um primeiro tópico com os aspectos preliminares do trabalho, seguido da base conceitual teórica na revisão de literatura, que explora os principais conceitos de sustentabilidade e mobilidade urbana. Em seguida detalhará os procedimentos metodológicos utilizados na coleta dos dados. E finalizará com a apresentação e discussão dos resultados obtidos para, em um tópico de encerramento, estabelecer as considerações finais da pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O planejamento do transporte público no Brasil comumente é desenvolvido no âmbito das administrações municipais pela qual se busca a integração com o planejamento urbano, independente do seu modal, (NETO; CORREIA, 2011). Tal qual previsto pelo Estatuto da Cidade, grande parte dos municípios brasileiros desenvolveram seus respectivos planos diretores. A partir do Plano Diretor e da Política Nacional de Mobilidade Urbana, foi publicado via Decreto nº 86.545/ Prefeitura Municipal de Belém (PMB), de 13 de setembro de 2016, o PlanMob, que constitui um instrumento de planejamento e gestão da cidade no que tange a mobilidade urbana. O PlanMob está em consonância com a Lei nº10.257/12 do Estatuto da Cidade. Conforme as diretrizes gerais desta lei, cada plano de mobilidade nas cidades aonde há o PlanMob, deverá ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. Garantindo assim o direito as cidades sustentáveis, moradia e ao saneamento

ambiental, transporte e aos serviços públicos, trabalho e lazer para as futuras gerações, de modo a corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos ao meio ambiente, conforme a lei nº 10.257/12.

Segundo Gentil (2015) a multiplicidade das atividades, a dimensão do espaço urbano, a disponibilidade de transporte e as características da população podem influenciar no comportamento da mobilidade, afetando diretamente o desenvolvimento de cidades ou regiões e impactando a sustentabilidade ambiental. Em razão disso, atualmente, tem sido agregada ao conceito de mobilidade urbana a sustentabilidade ambiental.

Desenvolver a mobilidade urbana sustentável, envolve políticas públicas que, além de proporcionar o acesso amplo e democrático aos espaços urbanos, sejam um importante meio para o alcance do desenvolvimento social, econômico e ambiental, de forma equilibrada, sem prejudicar o meio ambiente, Mello (2008).

Com isso, destaca-se a definição colocada por Boareto (2003), que traz essa visão de sustentabilidade relacionada à mobilidade como uma extensão do conceito utilizado na área ambiental que é a capacidade de fazer as viagens necessárias para realização de seus direitos básicos de cidadão, com o menor gasto de energia possível e menor impacto ao meio ambiente, tornando-a ecologicamente sustentável.

2.1 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade ganha espaço e visibilidade em virtude das discussões sobre as fontes energéticas e recursos naturais, ou seja, debates que diziam respeito às relações entre humanos e meio ambiente, e, em especial, a problemas de deterioração da relação entre ecologia global desenvolvimento econômico na visão de Feil e Schreiber (2017). Em síntese, Sustentável tem as seguintes definições:

Sustentável
<ul style="list-style-type: none"> • Solução à escassez de recursos naturais vinculados a questões energéticas e recursos naturais • Originou-se da deterioração entre ecologia global e o desenvolvimento econômico • Abrange a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável • Preocupação com o futuro dos recursos naturais e da vida humana

Fonte: Feil e Schreiber (2017).

A sustentabilidade expressa a preocupação com a qualidade de um sistema que diz respeito à integração indissociável (ambiental e humano), e avalia suas propriedades e características, abrangendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos, (Feil e Schreiber, 2017). Em síntese, Sustentabilidade tem as seguintes definições:

Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade e propriedade do sistema global humano ambiental • Considera as evoluções dinâmicas temporais • Abrange os aspectos ambiental, econômico e social • Equilíbrio mútuo • Avaliação com indicadores e índices

Fonte: Feil e Schreiber (2017).



A sustentabilidade segundo Horbach (2005), é a reunião de três tipos de interesses simultâneos e em equilíbrio, compreendendo o aspecto ambiental, econômico e social. É um tema que precisa ser levado a sério por todos os atores sociais. Parte-se do princípio de que as cidades não são obras do acaso, Glaser (2011).

Elas surgiram e se desenvolveram porque representavam e continuam representando a maneira mais econômica que o ser humano encontrou para atender as suas demandas. Isto porque alguns serviços, tais como energia elétrica, sistemas de comunicação, transportes, cuidados com a saúde, educação, água tratada, etc. essenciais à boa qualidade de vida, somente se tornaram possíveis de serem oferecidos em situações de grande concentração de demanda, Sousa (2015).

A sustentabilidade urbana é demonstrada através de nove princípios presentes na seção II – Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana no Art. 5º da Política Nacional de Mobilidade Urbana, acessibilidade universal, desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais, equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano, gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, segurança nos deslocamentos das pessoas, justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços, equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros e eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana, Brasil (2012).

2.2 MOBILIDADE URBANA

De acordo com a WRI Brasil (2018) o crescimento de uma cidade deve ser planejado de forma estratégica, com uma visão de longo prazo. Segundo De Moura e Do Carmo Bezerra (2016) o plano diretor das cidades brasileiras tem estabelecido políticas e instrumentos que permitem aos municípios definir uma visão de crescimento a longo prazo. A constituição federal brasileira reconheceu o plano diretor como principal instrumento de implementação da política de desenvolvimento e expansão urbana municipal. Em 10 de julho de 2001, representou um marco para a legislação urbana brasileira à instituição do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), lei que estabelece as diretrizes gerais da política urbana e que busca auxiliar as cidades na correção das distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, Brasil (2001).

O crescimento demográfico e territorial das grandes e médias cidades brasileiras têm potencializado os problemas da mobilidade urbana. Este tema, é tratado com um olhar ampliado em relação às discussões sobre mobilidade e sustentabilidade e do crescimento socioeconômico e das escolhas de políticas públicas. Para ordenar e melhorar a mobilidade urbana no Brasil, o Ministério das Cidades criou a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) baseada na Lei 12.587/12. A PNMU define mobilidade urbana como uma política de transporte, circulação, acessibilidade, trânsito e desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano de forma segura, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável, segundo Galindo (2011).

Sendo assim, a mobilidade urbana deve ser pensada numa perspectiva ampla que englobe o conjunto de problemas urbanos que interferem no desenvolvimento e na sustentabilidade do espaço urbano, conforme foram observados nas leis.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista que este artigo se propõe a analisar a preocupação socioambiental contida no plano de mobilidade urbana (PlanMob) do município de Belém, foi feita a análise de conteúdo preconizada por Bardin (2011) que teve sua caracterização aqui nesta pesquisa como de natureza descritiva. Vergara (2006) afirma que a pesquisa descritiva, atende de forma mais adequada a intenção de estudos, que pretendem expor as características de determinado fenômeno. Conforme Vieira (2002) a pesquisa descritiva é amplamente utilizada em administração. Uma vez que, pretende conhecer e interpretar a realidade estudada, sem nela interferir ou modificá-la, sendo assim, este tipo de pesquisa busca descobrir e observar os fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

Segundo Minayo (2010) esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus semelhantes. A pesquisa também é classificada como documental (Gil, 2002), pois foram analisadas a sustentabilidade à luz do decreto de lei nº 86.545 da PMB – Prefeitura Municipal de Belém, de 13 de setembro de 2016, que se institui o Plano de Mobilidade de Belém – PlanMob. Quanto à abordagem, o artigo trabalha as análises qualitativas, Gil (2002) com o intuito de buscar maior riqueza de informações sobre as ações de sustentáveis contido no PlanMob, detalhando e aprofundando o entendimento e as percepções de sustentabilidade.

O processo de formação das categorias se concretizou da forma prevista por Bardin (2011) após a seleção do material e a leitura flutuante da lei de mobilidade, a exploração foi realizada através da codificação. Ela se deu em função da repetição ou da menção das palavras “ambiental”, “energia renovável”, “transporte não motor”, “acessibilidade”, “bem estar”, “pessoas”, “bicicleta”, “espaços públicos”, “integração”, “transporte hidroviário” dentre outras que fazem menção ao ambiental e social, e uma vez selecionada e categorizados, foram constituindo-se em unidades de registro, para então efetuar-se a categorização. Adverte-se que as categorias descritas da próxima sessão dizem respeito a temática proposta nesta pesquisa, não servindo como modelo para qualquer estudo, tendo em vista as idiosincrasias inerentes a cada tema de estudo, Silvia e Fossá (2017).

Com vistas a responder ao problema e ao objetivo que este artigo se propõe, os dados coletados previamente foram analisados, por meio da análise categorial, que, conforme Bardin (2011), consiste no desmembramento do texto em categoriais agrupadas analogicamente.

A opção pela análise categorial se respalda no fato de que é a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos. Portanto, a interpretação dos dados se deu pelo método análise de conteúdo, respaldada pelas observações na lei de mobilidade. Onde foram criados a lista de elementos formadores baseados na Lei nº 86.545 da PMB.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram identificadas 17 expressões textuais no PlanMob que remetem à preocupação socioambiental do documento.

Cabe destacar que o município de Belém apresenta o Plano de Mobilidade Urbana – PlanMob, cujos objetivos principais são: promover o **bem-estar** de sua população em especial organizar um plano geral viário para o município, envolvendo estudos para abertura, conservação, recuperação e construção de vias públicas de circulação de trânsito e adoção de



medidas que normatizem o transporte coletivo e individual, relatório técnico anexado a lei publicada no diário oficial.

Após a identificação das expressões textuais, as mesmas inseridas em duas categorias de preocupação: preocupação com o social e preocupação com o ambiental, conforme apresentado no quadro 1.

O quadro 1 apresenta as 17 expressões extraídas do texto por meio de análise de conteúdo, já separadas e categorizadas como preocupação social e preocupação ambiental. Destaca-se ainda no quadro 1 autores da literatura que discutem o assunto.

Assim, como resultados pode-se dizer que, das 17 expressões textuais selecionadas, a categoria social agrega 52% das expressões textuais, conforme mostrado no quadro 1. Alcançando assim as proposições dos autores que dialogaram sobre o cuidado, bem-estar, acessibilidade, segurança e uso democrático do serviço e espaços públicos na melhoria e gestão da mobilidade urbana (BOARETO, 2003; HORBACH 2005; MELLO, 2008; FERREIRA DE LARA e MARX, 2016; FEIL e SCHREIBER, 2017).

Já na categoria ambiental, tem-se a incidência de 48% das expressões socioambientais do PlanMob. Denotando um equilíbrio no PlanMob entre as preocupações sociais e ambientais. O PlanMob faz menção à integração de normas com políticas ambientais, priorização de transportes não motores como a bicicleta, integração com o sistema hidroviário (continental e insular), integração com o sistema BRT, mitigação dos custos ambientais, econômicos e sociais, melhoria da qualidade ambiental e desenvolver o uso de energia renovável e menos poluente ao meio ambiente, suportando assim as proposições discutidas na pesquisa (HORBACH 2005; SOUZA 2015, FERREIRA DE LARA e MARX, 2016, MARTINS, VASCONCELOS e SALLES, 2017, FEIL e SCHREIBER, 2017). O Quadro 1 apresenta as expressões, categorias e autores.

Os sinais de preocupação social têm um destaque de 52% de menção das 17 expressões textuais verificadas. Os sinais de preocupação ambiental apresentam 48% de preocupação socioambiental.

Através da análise de conteúdo da lei, a preocupação presente e os sinais com as questões socioambientais e sociais exigidas no estatuto das cidades e planos nacional de mobilidade são destaque na pesquisa de análise de conteúdo deste artigo. O PlanMob do município de Belém alcança as exigências das leis federais e o estatuto da cidade quanto a preocupação socioambiental.

Quadro 1. Preocupação socioambiental do PlanMob

Expressões textuais coletadas do PlanMob	Categorias	Autores
1. Bem-estar.	Social	Social
2. Priorizar pedestres, portadores deficiência de mobilidade.	Social	Boareto,2003;
3. Priorizar o transporte coletivo	Social	Horbach, 2005;
4. Priorizar pedestres, portadores deficiência de mobilidade.	Social	Mello, 2008;
5. Acessibilidade universal.	Social	Ferreira de Lara e Marx, 2016;
6. Democratização e equidade no uso do espaço público	Social	Feil e Schreiber, 2017
7. Segurança no deslocamento de pessoas.	Social	
8. Melhora das condições de mobilidade.	Social	
9. Gestão da mobilidade	Social	
10. Priorizar o transporte de bicicletas sobre meios motorizados.	Ambiental	Ambiental
11. Integração com o sistema hidroviário (continental e insular).	Ambiental	Horbach, 2005;
12. Integrar o sistema BRT	Ambiental	Sousa, 2015.
13. Promover mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos	Ambiental	Ferreira de Lara e Marx, 2016;
14. Melhoria da qualidade ambiental	Ambiental	Martins, Vasconcelos e Salles, 2017;
15. Desenvolver uso energia renovável e menos poluente	Ambiental	Feil e Schreiber, 2017;
16. Eficiência e eficácia na prestação do serviço e normas ambientais	Ambiental	
17. Integração com políticas ambientais.	Ambiental	

Fonte: Dados da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado que o objetivo dessa pesquisa foi de fazer uma análise de conteúdo no plano de mobilidade e investigar como são percebidos os sinais de sustentabilidade, primeiramente foi feito a revisão de literatura, afim de compreender os conceitos de sustentabilidades, mobilidade urbana e mobilidade sustentável.

A fim de aprofundar no entendimento dos conceitos que nortearam a condução da análise empírica, por sua vez metodologicamente, foi realizada análise de conteúdo, na qual se destacaram após a leitura flutuante da lei de mobilidade, 17 expressões textuais no PlanMob. A exploração foi realizada através da codificação. Feito isto, foram categorizados em dois grupos finais: social e ambiental na análise de conteúdo. Nas categorias finais da pesquisa foi identificado que na categoria social apresenta 52 % dos sinais de cuidado e bem-estar. Na categoria ambiental, tem-se a incidência de 42% nas preocupações socioambientais no PlanMob.

Então, verifica-se o equilíbrio e uma das maiores virtudes do plano de mobilidade, pois as leis federais, o estatuto das cidades, o plano nacional de mobilidade urbana e o plano diretor da cidade, protagonizam a mobilidade urbana sustentável como um dos desafios para que as distancias sejam amenizadas pelos diversos modais de transporte público, integração do BRT, bicicletas e acessibilidade universal afim de fazer cumprir as diretrizes nacionais e estadual de



mobilidade. Esta pesquisa vem enriquecer e discutir a relevância e o debate quanto as questões socioambientais, a partir da análise de conteúdo do PlanMob.

A partir desta análise documental, chama a atenção para novos estudos e pesquisas empíricas a fim de investigar junto aos usuários deste serviço público, como os entes públicos tem implementado através de políticas públicas o cumprimento daquilo que o PlanMob já tem no bojo de sua lei, as preocupações sociais e ambientais.

Reitera-se que a mobilidade urbana não é um tema exclusivo da política setorial de transportes e vai além das ações pragmáticas de transporte público, pois é uma preocupação também da gestão socioambiental para a promoção da qualidade de vida de todos os que vivem nas cidades.

REFERÊNCIAS

BARDIN L. Análise de conteúdo. SP: Edições 70, 2011.

https://www.researchgate.net/publication/322012000_ANALISE_DE_CONTEUDO_FAZEM_OS_O_QUE_DIZEMOS_UM_LEVANTAMENTO_DE_ESTUDOS_QUE_DIZEM_ADOTAR_A_TECNICA. Acessado em 11.06.2018

BOARETO, R. A mobilidade urbana sustentável. In: Revista dos transportes públicos, n° 100. São Paulo: ANTP, 2003.

<http://fileserver.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/01/10/15FBD5EB-F6F4-4D95-B4C4-6AAD9C1D7881.pdf> Acessado em 10.06.2018

DE FATIMA MARTINS, Maria; VASCONCELOS, Ana Cecilia Feitosa; SALLES, Maria Clara Torquato. Plano de Mobilidade Urbana do Município de Campina Grande-PB: Uma Análise à Luz da Sustentabilidade Urbana. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, p. 42-58, 2017.

DE MOURA, Alexandrina Sobreira; DO CARMO BEZERRA, Maria. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. **instituições, atores e políticas públicas**, p. 91, 2016.

ESTATUTO DA CIDADE. Lei 10.257/2001. **Brasília: Ministério das Cidades**, 2001.

FERREIRA DE LARA, Felipe; MARX, Roberto. Inovações em Mobilidade Sustentável. Análise dos Relatórios Corporativos de Sustentabilidade de Três Montadoras de Automóveis. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 33, 2016.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.

GALINDO, Ernesto Galindo. Papel da União na mobilidade urbana: para além da definição de diretrizes. 2011.



GENTIL, Caroline Duarte Alves. A contribuição dos elementos da forma urbana na construção da mobilidade Sustentável. 2015. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18931>

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAESER, E. L. Os centros: a maior invenção da humanidade – como as cidades nos tornam mais ricos, inteligentes, saudáveis e felizes. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011.

HORBACH, Jens et al. (Ed.). **Indicator systems for sustainable innovation**. Physica-Verlag Heidelberg, 2005.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. Análise da sustentabilidade urbana no contexto das cidades: proposição de critérios e indicadores. **ENANPAD**, v. 27, p. 2013, 2013.

MELLO, Erick de Santana. **Mobilidade urbana sustentável em projetos estruturantes: análise urbanística e ambiental do corredor de transporte da Avenida Bernardo Vieira Natal/RN**. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

NETO, Lima; CORREIA, Vicente. Desenvolvimento Orientado ao Transporte: o potencial de aplicação pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos. 2011. **boletim regional, urbano e ambiental** | 05 | jun. 2011 -Ipea.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – **PLANMOB - DIÁRIO OFICIAL 2º caderno DO MUNICÍPIO DE BELÉM QUINTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2016 Ano LVIII - Nº 13.128. DECRETO Nº 86.545 /PMB, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, PLANO DIRETOR - LEI Nº 8.655, DE 30 DE JULHO DE 2008.

SENADO FEDERAL, Lei no 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 – Estatuto das Cidades Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequence=6>> Acessado em 11 de junho de 2018.

_____ **Lei Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.** Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm> Acessado em 11 de junho de 2018.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Dados em Big Data**, v. 1, n. 1, p. 23-42, 2017.

SILVA, Aline Martins da. Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo. 2009. <http://hdl.handle.net/10183/18676>



SOUZA, Geraldo Alves de. Produção do espaço e mobilidade urbana: na contramão da sustentabilidade. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 1, n. 3, p. 42-51, 2015.

Vergara, S. C. *Método de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

Vieira, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing.

Revista da FAE, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan/abr. 2002.

WRI Brasil - Disponível em <<http://wribrasil.org.br/pt/publication/dots-nos-planos-diretores>>. Acesso em 28 mai. 2018.